

10 de Agosto de 1981

# Corregedoria Geral da Justiça

fis. 215

## Atos e Despachos do Corregedor - Geral

Expediente de 07.08.81  
DEP. DE CONTROLE E AÇÃO DISCIPLINAR

Proc. nº 136.054-81. Assunto: Reclamação contra o Dr. JUD. JUR. PAULO PELIER da 9ª Vara de Direito e Sucessões, quanto ao atraso no encadernado de inventário de Jesus Motta da Cunha, e Extrairanizado e Encadernado dos autos.

Ind. Adm. nº 33.255-79. Assunto: Correição Epecial no Cartório da 4ª Vara Criminal da Capital, da "Nova Iguaçu", e "zeladoras, se beneficiadas de salário de R\$ 1.182,00/dia (autos) da 24. E.D.P. das C.R.C., explico à Secretaria ARMANDO DE SOUZA RODRIGUES, titular da 7ª Ofício de Justiça da Comarca de Nova Iguaçu, a pena de cassação prevista no art. 314, nº 2 da Resolução nº 1/70 do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro, por faltas cometidas nos autos".

Proc. nº 43.506-78. Solte.: Pasquale Mauro. Assunto: Revisão de ato praticado no 1º Ofício de Notas. - "Estes autos vieram-me a conhecimento, por escrito, porque se agravou, para despejo, a solicitação no processo nº 31.119-81, tendo conhecimento da circular deste Corregedor da Justiça primitiva a levantura de estes jurídicos em que figurava como parte o então Banco de Crédito Móvel, Empresa discionária, comuns, com deliberações de seus ilustres antecessores, que autorizou inovação na ação, se não tivesse conhecimento da ação de liquidação de Crédito da Chama Civil, de 28 de agosto de 1979, Apelação Civil nº 8.563, no qual se decidiu, por unanimidade, de manejos vincaralmente diversos, apesar da existência de sociedades, essa, nos termos artigo 335 do Código Comercial, deve continuar, para a utilização das respectivas pendentes, procedendo-se a liquidação dos ultimados, enquanto a sociedade for titular de direitos, subjetivo com pessoas jurídicas em liquidação, pois não há direitos nem sujeito e alguma entidade haveria de continuar como titular do domínio dos bens já não transmitidos a outras, por isso, as metas de compra e venda entre terceiros devem ser cumpridas viabilmente, recorrendo a outorga das escrituras definitivas de alienação aos promissários compradores ou a seus executores. Segundo Alfredo de Graciosa, a liquidação é necessária e é motivo de reputação institucional da sociedade, para a tutela dos sócios", de acordo [tratado de Direito Comercial, vol. II, das Sociedades, nº 515]. Stulfi, diz que é esta a deliquideza e sucessão e insuportável, e Vivante é incisivo: "Durante questo período essi (la società) conserva sua personalità e la sua struttura; il suo patrimonio viene ancora riunito in una università di diritti, che garantisce ai creditori sociali" (tratado, II vol. de Società Comerciali, n. 777). Edição de questões fiscais, etc. Publique-se, comunicar-se e comprar-se, transmitindo cópia desse despacho ao Fisco, Sr. Dr. Juiz da Vara de Registros Públicos, 2º Ofício e a todos os Secretários de Cartórios Municipais e a todos os Secretários de Cartórios Municipais.

Proc. nº 22.597-81. Solte.: Barra da Tijuca Imobiliária S.A., por seu advogado Dr. Renato do Araújo Machado. Assunto: Previdências junto ao Ofício do 9º Ofício de Reg. da Imóveis da Capital. - "As prestações contínuas na petição de fls. 02 foram parcelmente intencionais pelo despejo normativo exarado no processo normativo nº 43.506/78 data de 06, reivindicando exercício anterior do Corregedor. Saborei imediatamente os ofícios opostos pelo 1º Ofício de Registro de Imóveis e da Vara de Registros, que não puderam alterar o pagamento da obrigação vincular oriundos de estes autos seus antecessores e cuja orientação leva os interessados em imóveis na Barra da Tijuca a despejar sem recurso, já que não seria viável a sua alegria, uma ação de divisa contra milhares de

proprietários da área transcrita, em nome do Banco do Crédito Móvel, falece competência a esta Corregedoria para o provimento como o postulado, no sentido eminentemente jurisdicional. Por isso, não havendo alternativa para as partes senão promover o processo de cívis, em cada espécie, quaisquer que sejam as delongas e onus que disso resultem".

Proc. nº 36.032-81 e 36.033-81. Solte.: Ibojilho do 1º Ofício de Notas da Capital. Assunto: Ofício de Notas de Capital (fls. 20-1, 21 e 21v-1, 21v-2, 21v-3) - Autorizado o distribuição e impostos) e SYLVIO CAVALCANTI SOUZA, tabelião do cartório, e multa de 1/3 do valor da ofensa (art. 36 de Resolução nº 5-77, do Tribunal da Justiça), vigeante a época da levantura do ato (R\$ 380,00), para cada um; b) ao Téc.Jud.Jur. EDSON DE SOUZA RODRIGUES, tabelião da mesma serventia, a pena disciplinar de 10 dias; c) ao Dr. JUD. JUR. CARLOS VALENTE CERQUEIRA, tabelião da 22.228-01 (2º Ofício de Reg. da Imóveis da Capital). Assunto: Ofício nº 20.382-81 (2º Ofício de Notas da Capital) e 22.142-81 (2º Ofício de Imóveis da Capital). Assunto: Ofício de Reg. da Imóveis da Capital. - Homologadas as convenções de Convenção Salarial. - Homologado o arquivamento dos autos e a aprovação do desembolso e arquivamento dos autos.

Proc. nº 36.032-81. Solte.: Tabelião do 2º Ofício de Notas de Capital. Assunto: Ofício de Notas de Capital (fls. 22-1, 22-2, 22-3) - Autorizado o distribuição e impostos; a) a DARIO DE SOUZA RODRIGUES, tabelião do cartório, e multa de 1/3 do valor da ofensa (art. 36 de Resolução nº 5-77, do Tribunal da Justiça), vigeante a época da levantura do ato (R\$ 377,00); b) ao Téc.Jud.Jur. LUIZ CARLOS VALENTE CERQUEIRA, tabelião da mesma serventia, a pena disciplinar de 10 dias, aprovado o recolhimento, no prazo de 05 dias, arquivam-se os autos.

Proc. nº 65.309-80 - Termo de Visita Fiscal - Cartório do Registro Civil da 6ª Zona Judiciária de Caruaru de Maceió. - Homologado o termo de visita fiscal e extrairanizado o arquivamento dos autos.

Proc. nº 31.119-81. Solte.: Amélia de Lacerda Dutra. Assunto: Previdências junto à Serventia do 1º Ofício de Notas. - "Desfiro o pedido de fls. 02, em termos, já que não veio o mesmo instruído com a certidão da escritura de compra e venda, que se afirma levada no 1º Ofício, livro 428, 6 de dezembro no processo 43.506/78, data de 06, atende, contudo, dispensamento, só que pretendo a requerente".

Proc. nº 36.562-81. Assunto: Escritura de 1º Ofício de Imóveis para a nova serventia será único ou separar-se registrando outros no repertório competente. - "No termos dos artigos 560 e 561 do Código Civil, tratando o livre da serventia e da responsabilidade do escrivano, quanto a escrituração e recolhimento. Assim,

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER JUDICIÁRIO

Processo nº 45.506/78

215  
5  
ABE 188

Estes autos vieram-me à conclusão, por ordem verbal, porque ao apreciar, para despacho, a solicitação no processo nº 31.119/81, tomei conhecimento da circular desta Corregedoria da Justiça proibindo a lavratura de atos jurídicos em que figurasse como parte o extinto Banco de Crédito Nôvel.

Embora discordando, data venia, das deliberações de meus ilustres antecessores, não ousaria inovar na matéria, se não tivesse conhecimento do acórdão unânime da Egrégia 8a. Câmara Cível, de 28 de agosto de 1979, Apelação Cível nº 8.563, no qual se decidiu por unanimidade, de maneira visceralmente diversa.

Apesar da extinção da sociedade, essa, nos termos do artigo 335 do Código Comercial, deve continuar, para se ultimarem as negociações pendentes, procedendo-se à liquidação dos ultimados. Enquanto a sociedade for titular de direitos, subsiste como pessoa jurídica em liquidação, pois não há direitos sem sujeito e alguma entidade haveria de continuar como titular do domínio dos bens, ainda não transmitidos a outrem.

Por isso, as promessas de compra e venda outorgadas a terceiros devem ser cumpridas fielmente, mediante a outorga das escrituras definitivas de alienação aos promissários compradores ou a seus cessionários. Segundo Alfredo de Gregório, a liquidação é necessária e é mesmo repudiable instituto de interesse público, para a tutela dos sócios e de terceiros (Tratado de Direito Comercial, vol. II, das Sociedades, nº 515). Stolfi diz que o estado de liquidação é necessário e insuprimível, e Vivante é incisivo:

"Durante questo periodo essa (la societá) conserva sua personalità e la sua struttura; il suo patrimonio rimane ancora riunito in una Universitá di diritto, come garanzia dei creditori sociali (trattato, II vol. La Societá Commerciali, n. 777)."

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER JUDICIÁRIO

6

Por isso, foram muito bem nomeados, pelos sócios que convencionaram, em 30 de dezembro de 1964, à dissolução do Banco de Crédito Móvel, os sócios Pasquale Mauro Holophernes de Castro, com poderes, para, em conjunto ou separadamente, firmarem quaisquer escrituras.

Por esse motivo, revogo a determinação contida no despacho de fls. 65, do Processo nº 483/78, que proibiu a prática de quaisquer atos em nome da sociedade acima mencionada.

Determino, entretanto, que sejam observadas as seguintes prescrições:

1º- Só mediante prova de préexistência de promessa de compra e venda; anterior à 30 de dezembro de 1964, poderá ser outorgada escritura definitiva de alienação do mesmo imóvel, aos respectivos promissários compradores ou seus cessionários;

2º- Dada a frequência de notícias de falsificação de instrumentos públicos que chegam à Corregedoria da Justiça, a autenticidade de translados, deve ser apurada pessoalmente pelo serventuário encarregado da escritura, nos cartórios de origem desses documentos;

3º - Havendo falecido, ao que consta, o Sr. Holophernes Castro, só o Sr. Pasquale Mauro está habilitado a outorgar escrituras de alienação pela sociedade em liquidação Banco de Crédito Móvel, devendo comparecer, pessoalmente, mesmo nos atos em que figurar a Imobiliária Primus, como sua substabelecida;

4º- Não está dispensada para o ato a apresentação de certidões indispensáveis, como a de inscrição no



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER JUDICIÁRIO

8/X

(7)

200

-3-

C.G.C., de quitações fiscais, etc.

Publique-se, comunique-se e cumpra-se, transmitindo cópia desse despacho ao Exmo. Sr. Dr. Juiz da Vara de Registros Públicos, aos Srs. Oficiais de Registro de Imóveis do 1º e 9º Ofício e a todos os Srs. Titulares de Cartórios de Notas.

Rio de Janeiro, 03 de agosto de 1981.

Des. OLAVO TOSTES FILHO  
Corregedor Geral da Justiça

DATA

Aos 5 de agosto de 1981

me foram entregues

litteras

Edu:

LL  
Mister de T. Capitel  
M. Discipl. na  
m. 1981

✓ 8/8/81  
Rio 5/8/81

Assinado  
Atto D. C.  
Cartório

... 8/8/81  
C. Weber  
... de Controle  
... de Capital  
... Capital